

KIT GRATUITO PRÉ-EDITAL

CONCURSO PM

Cronograma de 6 meses + os 24 flashcards de Direito Constitucional aplicado à Segurança Pública que você pode começar a estudar já

Soldado e demais cargos — Polícias Militares estaduais

VALE DOS NOMEADOS

Transforme o edital num jogo que você quer vencer

Por que começar a estudar AGORA

A Polícia Militar é organizada por cada Estado — cada corporação tem seu próprio edital, banca e cronograma. Mas uma base de Direito Constitucional aplicado à segurança pública, direitos fundamentais e noções de direitos humanos é cobrada, de alguma forma, na grande maioria dos editais de PM do país. Começar por essa base comum é a forma mais eficiente de adiantar estudo mesmo sem saber ainda qual será seu próximo edital.

O cenário até aqui

- Importante: a Polícia Militar é uma corporação ESTADUAL — não existe um único "concurso PM nacional". Cada Estado tem sua própria PM, com edital, banca, matérias e exigências físicas (TAF) próprias.
- Ainda assim, disciplinas como Direito Constitucional (especialmente direitos e garantias fundamentais e segurança pública), Direitos Humanos, Língua Portuguesa e Raciocínio Lógico aparecem com frequência na maioria dos editais estaduais.
- Este kit foca no que costuma ser comum entre estados. Assim que você souber para qual Estado vai prestar, complemente com a legislação estadual específica (Estatuto/Regulamento Disciplinar da sua PM, Constituição Estadual etc.) — que este kit não substitui.

O que historicamente cai na prova

Matéria	Peso típico	Prioridade
Direito Constitucional (fundamentos e segurança pública)	Alto na maioria dos estados	MÁXIMA
Direitos Humanos	Médio-Alto	Alta
Língua Portuguesa	Alto	Alta
Raciocínio Lógico-Matemático	Médio	Alta
Legislação estadual específica (varia por Estado)	Alto, depende do edital	Alta
Conhecimentos de atualidades	Médio	Média

É por isso que os 24 flashcards deste kit são de Direito Constitucional aplicado à segurança pública: é a base mais transferível entre editais estaduais diferentes. Assim que você escolher (ou souber) seu Estado, complemente com a legislação estadual específica.

Nota: pesos e matérias exatas serão confirmados apenas no edital. A tabela acima segue o padrão histórico do concurso. Confira sempre a legislação/edital atualizado.

Cronograma de 6 meses (pré-edital)

Feito para quem tem 1h a 2h por dia, ainda sem edital definido. A lógica: construir base constitucional comum primeiro, preparar o condicionamento físico em paralelo, e reservar os últimos meses pra legislação estadual específica assim que o edital sair.

MÊS 1 — Fundação e hábito

Direito Constitucional: direitos e garantias fundamentais (CF, art. 5º) • Português: interpretação de texto. Comece também a preparação física (TAF é eliminatório na maioria dos editais). Meta do mês: criar o hábito diário.

MÊS 2 — Núcleo duro I — Segurança Pública

Direito Constitucional: art. 144 da CF (organização da segurança pública, competências das polícias) • Raciocínio Lógico: proposições básicas.

MÊS 3 — Núcleo duro II — Organização do Estado

Direito Constitucional: organização político-administrativa, Poderes da União • Direitos Humanos: conceitos fundamentais e tratados internacionais.

MÊS 4 — Direitos Humanos aplicados

Uso proporcional da força, uso diferenciado da força, direitos humanos na atividade policial • Atualidades relacionadas à segurança pública.

MÊS 5 — Fase de questões + legislação estadual

Se já souber o Estado, comece a incluir a legislação estadual específica (Constituição Estadual, Estatuto da PM). Priorize questões de provas anteriores do seu Estado.

MÊS 6 — Reta pré-edital

Revisão geral guiada pelos flashcards vencidos • Simulados completos cronometrados • Reforço do condicionamento físico pro TAF.

Rotina semanal sugerida

Seg a sex: revisões do dia primeiro (15–20 min), depois conteúdo novo + preparação física. Sábado: questões e correção. Domingo: descanso ou revisão leve. Constância vence intensidade.

Como usar os 24 flashcards

Estes cards usam o formato pergunta-resposta porque lembrar ativamente fixa muito mais que reler ou grifar. O método, em 3 passos:

- 1. Leia só a pergunta** e responda em voz alta ou mentalmente, sem olhar a resposta.
- 2. Confira e seja honesto:** acertou fácil, acertou com esforço ou errou?
- 3. Repita no intervalo certo:** o que você errou volta amanhã; o que acertou com esforço, em 3 dias; o que acertou fácil, em uma semana — e os intervalos vão crescendo.

Fazer esse controle no papel funciona... até a pilha crescer. É exatamente isso que o Vale dos Nomeados automatiza: o algoritmo SM-2 (o mesmo do Anki) calcula sozinho quando cada card deve voltar, e você só senta e revisa a fila do dia.

TESTE GRÁTIS POR 3 DIAS — PLATAFORMA INTEIRA LIBERADA

valedosnomeados.com.br/pm

Sem trava nos 3 primeiros dias • R\$ 19,90/mês depois • Cancele quando quiser

Legenda dos blocos

Bloco 1 Direitos e Garantias Fundamentais • Bloco 2 Segurança Pública (CF art. 144) • Bloco 3 Organização do Estado • Bloco 4 Direitos Humanos aplicados à atividade policial.

BLOCO 1 — Direitos e Garantias Fundamentais

CF/88, art. 5º

01 O que garante o caput do art. 5º da Constituição Federal?

A igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

02 O que é o princípio da legalidade previsto no art. 5º, II?

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" — base do Estado de Direito, aplicável também à atuação policial.

03 O art. 5º veda a tortura e tratamento desumano — em que inciso?

Inciso III: "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" — princípio central pra atuação de qualquer agente de segurança pública.

04 A casa é asilo inviolável — quando é permitido entrar sem consentimento do morador?

A qualquer hora, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro; durante o dia, também por determinação judicial (CF, art. 5º, XI).

05 O que garante o inciso LXI sobre prisão?

Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo transgressão militar ou crime propriamente militar (definidos em lei).

06 O que é o devido processo legal (art. 5º, LIV)?

"Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal" — garante processo justo, com contraditório e ampla defesa, antes de qualquer restrição de direitos.

BLOCO 2 — Segurança Pública

CF/88, art. 144

07 Como a Constituição define a segurança pública (art. 144, caput)?

Dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

08 Quais são os órgãos de segurança pública listados no art. 144?

Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e, pela EC 104/2019, as polícias penais.

09 Qual a atribuição constitucional das Polícias Militares (art. 144, §5º)?

Polícia ostensiva e preservação da ordem pública, sendo forças auxiliares e reserva do Exército.

10 A quem se subordinam as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares?

Aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (CF, art. 144, §6º).

11 Qual é a atribuição constitucional das Polícias Civis?

Ressalvada a competência da União, exercem funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto militares (CF, art. 144, §4º).

12 O que caracteriza o policiamento "ostensivo"?

A atuação visível, preventiva, com fardamento e identificação, voltada a inibir a prática de infrações e garantir a ordem pública — atribuição típica da Polícia Militar.

BLOCO 3 — Organização do Estado

CF/88, Título III

13 Quais são os entes que compõem a organização político-administrativa do Brasil?

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição (CF, art. 18).

14 Quais são os 3 Poderes da União, segundo a CF?

Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si (CF, art. 2º).

15 A quem compete organizar e manter a Polícia Militar de cada Estado?

Ao próprio Estado, dentro da sua autonomia federativa, respeitadas as normas gerais federais (a União organiza e mantém apenas as forças da PM/CBM do Distrito Federal e antigos Territórios).

16 O que são os "fundamentos" da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º)?

Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

17 Cite um dos objetivos fundamentais da República (CF, art. 3º).

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; promover o bem de todos, sem preconceitos.

18 O que significa o princípio da separação de Poderes?

Cada Poder exerce funções típicas próprias (legislar, administrar, julgar) com independência, mas com mecanismos de controle recíproco (freios e contrapesos).

BLOCO 4 — Direitos Humanos aplicados à atividade policial

Conceitos gerais

19 O que é o princípio do uso proporcional da força?

A força empregada por um agente de segurança deve ser proporcional à resistência ou ameaça enfrentada, usando o mínimo necessário para conter a situação.

20 O que é o "uso diferenciado/escalonado da força"?

A ideia de que o agente deve graduar sua resposta conforme o nível de resistência (da presença/verbalização até o uso de força letal, como último recurso), e não partir direto pro nível mais grave.

21 O que caracteriza um tratado internacional de Direitos Humanos incorporado com status de emenda constitucional?

Tratados aprovados em cada Casa do Congresso, em dois turnos, por 3/5 dos votos dos respectivos membros, equivalem às emendas constitucionais (CF, art. 5º, §3º).

22 O que é a dignidade da pessoa humana no contexto da atuação policial?

Fundamento da República (CF, art. 1º, III) que exige que toda abordagem, prisão ou uso de força respeite a integridade física e moral da pessoa, mesmo em situação de flagrante ou detenção.

23 O policial em serviço pode ser responsabilizado por excesso no uso da força?

Sim — o abuso ou excesso no exercício de função pública pode gerar responsabilização administrativa, civil e penal, independentemente da legalidade da ação inicial.

24 Por que estudar Direitos Humanos é relevante mesmo em provas técnicas de Direito Constitucional?

Porque a atuação policial constitucional está diretamente ligada ao respeito aos direitos fundamentais — é tema recorrente em questões sobre limites e legalidade da ação do Estado.

E agora? Transforme este kit em rotina

Baixar material é fácil — o que aprova é revisar todo dia, no intervalo certo, até a prova.

Caminho 1 — Manual

Imprima os cards, monte caixinhas por intervalo (amanhã / 3 dias / 1 semana) e disciplina total para mover cada card de caixa. Funciona — exige organização de ferro.

Caminho 2 — Automático, no Vale dos Nomeados

Estes cards já vivem na plataforma, prontos pra estudar, com o algoritmo SM-2 calculando sozinho o dia de cada revisão. Além deles: simulados com questões que viram flashcards quando você erra, modo de estudo por voz, streak, metas diárias e mais de 160 conquistas.

COMECE SEU TESTE GRÁTIS DE 3 DIAS

valedosnomeados.com.br/pm

Plataforma inteira liberada nos 3 dias • Sem cartão pra testar • R\$ 19,90/mês depois

Vale dos Nomeados — Transforme o edital num jogo que você quer vencer.

Este material é gratuito. Pode (e deve!) ser compartilhado com outros concurseiros, desde que sem alterações e sem cobrança. Venda proibida. O Vale dos Nomeados é uma plataforma de estudos independente, sem vínculo com nenhuma Polícia Militar estadual ou órgão de segurança pública. Confira sempre o edital do seu Estado — as matérias e exigências específicas variam.